



INFORSTRUP

BOLETIM DO TRABALHADOR RODOVIÁRIO

Boletim Informativo nº2

Junho 2016

Contratação Colectiva Ponto de situação



REDM ; 630€ CCTV STRUP

RBL; 630€ CCTV STRUP

RBI; 630€ CCTV STRUP



BARRAQUEIRO TRANSPORTES; 635€ CCTV STRUP



RODOVIÁRIA DO TEJO; 630€ CCTV STRUP



RODOVIÁRIA LISBOA. 630€

CCTV STRUP Em negociação, mas com acto de gestão a 1% a julho 2016



SCOTTURB. 627€ Processo de Revisão do AE com reunião dia 12 de julho,



VIMECA TRANSPORTES.

Em sede de Comissão Paritária dia 18 de julho 2016, sobre o protocolo assinado em 2000, este impede a aplicação à generalidade dos trabalhadores,



CARRIS. Carris processo negocial para a revisão do AE continua embora com posicionamentos da administração inaceitáveis, pois limitam-se a pretender a destruição de direitos e condições de trabalho.

CARRISBUS. trabalhadores



continuam em luta pela integração plena na carris e negociação imediata de uma regulamentação coletiva das relações de trabalho.



CARRISTUR. trabalhadores continuam a luta pela aplicação imediata do CCTV do setor privado de passageiros e também pela negociação de um AE específico.

EDITORIAL

Nove meses passados da alteração da correlação de forças na AR, em resultado da intensa luta que os trabalhadores portugueses levaram a cabo nos últimos 4 anos e para a qual os trabalhadores do setor dos transportes deram um contributo determinante, já muito se conseguiu (a devolução dos 4 feriados, a diminuição da sobre-taxa do IVA, a derrota do processo de entrega a privados da Carris e do Metro de Lisboa), mas muito falta ainda conseguir.

Aquilo que falta atingir só será possível pelo envolvimento direto e ativo dos trabalhadores. Sejam do setor público e empresarial do Estado, sejam do setor privado de passageiros, das mercadorias, das Escolas de Condução ou do setor do Táxi ou Centros de Inspeção, a dignificação dos salários, da evolução profissional digna, a recuperação das diuturnidades, a conquista de mais e melhores direitos através da contratação coletiva.

Só será possível, como tudo o que os trabalhadores conquistaram até hoje, em que nada nos foi oferecido e tudo aquilo que temos foi resultado da luta, em todas as suas formas incluindo a Greve, o que falta será pela mesma via, a da luta organizada. Para isso será também determinante que os trabalhadores continuem, e cada vez mais o assimilem, a confiança e darem mais força ao STRUP, quer no assumir responsabilidades sindicais aceitando integrar as listas a dirigentes e delegados, quer a convidarem os seus colegas de trabalho a engrossarem as fileiras deste Grande Sindicato.

Esta condição é o aumento da sindicalização é determinante para dar mais força a luta e se esta tiver mais força a vitória estará ao alcance de todos nós.

Neste Boletim

- Editorial
- Contratação colectiva
- Contencioso
- Agenda sindical
- Destaque nacional

CONTENCIOSO



Trib. do Trabalho de Oliveira de Azeméis Secção Única . Proc.º
114/13.7T4AVR

A questão a resolver na presente acção, como, aliás, bem a enunciaram ambas as partes, resume-se a aferir da aplicabilidade das alterações ao Código do Trabalho relativas ao pagamento de trabalho suplementar introduzidas pela Lei 23/2012 de 25 de Junho, à forma de cálculo da Cl.ª 74.ª n.º 7 do Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1.ª Série, n.º 9, de 8 de Março 1980 (adiante apenas denominado de CCT).

... Mais, por outra ordem de razões, já acima explanadas, se deverá concluir no sentido de o entendimento defendido pela Ré não ser sequer aceitável nas novas contratações: o de que a interpretação da lei, no que tange à alteração do artigo 268º do Código do Trabalho operada pela Lei 23/2012, à luz do Memorando celebrado com a Troika com vista a permitir o apoio financeiro da EU, não permite entender que o legislador quis, ou de alguma forma, ainda que não perfeitamente expressa, permitiu a redução de prestações retributivas certas e regulares independentes da efectiva prestação de trabalho suplementar como é o caso da prevista no artigoº 74º, número 7 da CCT celebrada entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicada no BTE, de 08-03-1980.

V – Por tudo o exposto, julga-se a acção provada e procedente e, em consequência: a) julga-se ilícita a diminuição do valor da retribuição do Autor operada desde Agosto de 2012; b) condena-se a Ré a pagar ao Autor a diferença, a liquidar em execução de sentença, entre os valores efectivamente pagos e os devidos ao mesmo a título de retribuição prevista na cláusula 74º, número 7 da CCT celebrada entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicado no BTE, de 08-03-1980, desde Agosto de 2012 e até trânsito da presente decisão; c) condena-se a Ré a pagar ao Autor juros sobre as respetivas quantias mensais, vencidos desde a data de pagamento de cada uma das retribuições e até efectivo e integral pagamento; d) Condena-se a Ré a proceder, desde o referido trânsito, ao pagamento do valor previsto na cláusula 74º, número 7 da CCT celebrada entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes ...

.... Custas pela Ré.

SCOTTURB Transportes Urbanos, Lda

Supremo Tribunal de Justiça confirma a sentença de Assédio Moral e Discriminação a um Delegado Sindical dessa empresa que se despediu em 2012, alegou Justa Causa após 2 anos de repetidos ataques por parte de elementos das chefias. A sentença da TTCascais condenava a empresa “com pesada e exemplar reprimenda”, por forma a dissuadir a empresa deste tipo de comportamento.

Fez-se Justiça

CONHEÇA O STRUP

Se trabalhas no sector dos transportes rodoviários e urbanos, visita o site do STRUP **em www.strup.pt**. Trata-se da maior organização sindical neste sector de atividade que presta apoio aos trabalhadores seus associados em diversas áreas:

**LUTAR SEMPRE
VENCER TALVEZ
DESISTIR NUNCA**



AMBICARGO em Greve - com Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos

Promove iniciativas de convívio entre os seus associados



Contactos Uteis:

Secretaria: 916 745 017
Contencioso: 916 732 414
Tesouraria: 916 732 414
Coordena. Geral: 916 746 320
Organização: 916 732 775

strup@strup.pt



♦ FOI AGENDA

- **Barreira:** Processo de luta dos trabalhadores da **AMBICARGO**, que fazem transporte de resíduos hospitalares, animais mortos e matérias perigosas, lutam por condições dignas de higiene e segurança, bem como o pagamento de trabalho extraordinário.
- **Metropolitano de Lisboa** lança o desafio aos deputados da AR, para que venham conhecer as dificuldades com que os trabalhadores desta empresa prestam o serviço público, Deputado do Grupo Parlamentar do PCP, Bruno Dias aceita o desafio de “mergulhar” nos túneis acompanhando um maquinista.
- **CARRISBUS** Os trabalhadores da CarrisBus iniciaram uma semana de luta com paralisações parciais de manhã e de tarde, em defesa da negociação de um Acordo que valorize os seus salários, que combata o trabalho precário e pelo retorno da empresa à Carris .

BASTA DE SUBMISSÃO

A união europeia e o euro!
Recorde-se que a adesão à CEE, à União Europeia e a entrada no Euro não foram em Portugal objecto de referendo.

DESTAQUE NACIONAL

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A PRECARIIDADE. PELO EMPREGO COM DIREITOS

O princípio da segurança no emprego, previsto no art.º 53.º da nossa Constituição, é um princípio estruturante do nosso regime Constitucional mediante o qual "é garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos". Este princípio, que integra o elenco dos direitos liberdades e garantias dos trabalhadores, tem sido alvo de ataques sucessivos dirigidos à sua fragilização e mesmo a sua neutralização, em execução da política de direita, levada a cabo pelos vários governos. A precarização crescente dos vínculos laborais tem sido um dos principais instrumentos de ataque à segurança no emprego e ao emprego com direitos.

1 de Julho, a reparação de uma injustiça!

A 1 Julho, é reposto o horário das 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da Administração Pública Central e Local. É a vitória da resistência e luta das mulheres e homens que nunca se resignaram com a imposição de mais 5 horas de trabalho por semana, sem que houvesse argumentos que justificassem tal medida, que não fosse o de abrir caminho para aumentar os horários dos trabalhadores do sector privado.

Novo regime de carta de condução por pontos (Atualizado em 23 de maio de 2016)

No dia 1 de junho de 2016 entra em vigor o novo regime de carta de condução por pontos. Este novo regime, aprovado com a publicação da décima quarta alteração ao Código da Estrada pelo DL n.º 116/2015, de 28 agosto, prevê que cada condutor comece com 12 pontos, que diminuem caso o automobilista cometa contraordenações graves, muito graves ou crimes rodoviários.

O sistema de carta por pontos estabelece que, no caso das contraordenações graves, os infratores percam dois pontos, nas muito graves, quatro pontos, e seis pontos aquando de crimes rodoviários.

As infrações relacionadas com álcool, excesso de velocidade em zonas de coexistência e ultrapassagens imediatamente antes e nas passagens para peões ou velocípedes, serão sancionadas por um regime próprio.

Em concreto, serão subtraídos aos condutores: 3 pontos para as contraordenações graves (taxa de álcool de 0,5 g/litro) e 5 para as muito graves (0,8 g/litro a 1,2 g/litro). A condução sob a influência de drogas será penalizada da mesma forma.

Quanto ao excesso de velocidade dentro das zonas de coexistência, serão retirados -5 e -3 pontos consoante se trate de contraordenação muito grave ou grave respetivamente.

Já no caso de ultrapassagem imediatamente antes e nas passagens para peões ou velocípedes (contraordenação grave), serão retirados -3 pontos.

Esta nova legislação estabelece ainda que, a perda de pontos pelo condutor terá as seguintes consequências:

- Quando só já restar quatro pontos ao condutor, este terá de frequentar uma ação de formação de segurança rodoviária;
 - Com dois pontos, o condutor terá de realizar um novo exame de código;
- O condutor que fique sem qualquer ponto, ficará sem o título de condução durante dois anos e terá de obter novamente a sua carta de condução;
- O condutor que falte a uma ação de formação ou ao exame teórico aqui previsto, perde os 12 pontos e a carta de condução.

Por outro lado, ao condutor que em três anos não cometa infrações graves, muito graves ou crimes rodoviários, serão creditados três pontos extra, perfazendo assim 15 pontos (12+3). Os condutores profissionais terão igualmente direito aos três pontos extras, contudo, os mesmos serão creditados ao final de dois anos.

A cada período de revalidação da carta, sem crimes rodoviários e se o condutor frequentar ação de formação de forma voluntária.

Em suma, este novo regime de carta por pontos será somente aplicado às infrações rodoviárias verificadas após a entrada em vigor da lei (1 de junho de 2016). Já as infrações verificadas antes da entrada em vigor desta nova lei, continuam a ser punidas ao abrigo do atual regime. Os condutores poderão consultar o seu registo no novo portal das contraordenações.

Fonte: ANSR – 29/março/2016



ARRIVA / COVIBUS; 630€ CCTV STRUP



METROPOLITANO; O processo Negocial no ML está ainda num impasse apresentamos na última reunião uma resposta formal a proposta de revisão parcial do AE, encontrarmo-nos neste momento a aguardar resposta escrita para podermos discutir com os trabalhadores antes da próxima reunião agendada para 22 de Julho. Contudo temos de valorizar a retirada da denúncia que o anterior CÁ tinha executado, fruto da luta dos trabalhadores, não estando nesta altura sobre o "cutelo" dos prazos da vigência e sobrevida.



TRANSPORTES SUL DO TEJO; Após reuniões na DGERT, negociação directa em curso



EVA TRANSPORTES; Após reuniões na DGERT, negociação directa em curso;



RODOVIARIA DO ALENTEJO. Processo de negociação em curso, ainda em fase DGERT;



MERCADORIAS; Processo de negociação de CCTV em curso;



MERCADORIAS; Em falta relativamente ao compromisso na DGERT de responder à FECTRANS, voltará aquele Ministério por solicitação desta Federação;



PASSAGEIROS. Em fase de aplicação o CCTV com o STRUP, a partir de julho de 2016 o Subsídio de Agente Único passará às 6h (mínimo dia) nas empresas suas associadas;



ENSINO DE CONDUÇÃO; Proposta para início de processo de negociação, em análise;



ENSINO DE CONDUÇÃO; 1,5% na tabela e demais rubricas de expressão pecuniárias;



ANTRAL; Processo negocial em aberto;



CENTROS DE INSPECÇÃO AUTOMÓVEL; Proposta em análise;



SECTOR DOS TAXÍIS; Processo de negociação em aberto;

Destaque Regional **STRUP em Setúbal:**

No âmbito das decisões tomadas pelo movimento sindical unitário, foi dado mais um passo no sentido de integração de serviços em Casas Sindicais.

Dando resposta aos anseios dos trabalhadores, a criação de espaços que permitam dar resposta aos desafios com que nos deparamos, a Delegação Regional de Setúbal, sob Coordenação do Dirigente João Saúde reforça esta Casa Sindical.

O apoio aos sócios mantém o seu serviço da mesma forma, e os Serviços de Contencioso com os horários;

Horário Sindicato; Das 09h às 12h, das 14h às 18h.

Contencioso;

3as feiras a partir das 16.30h

5as feiras a partir das 16h

Contactos:

265 522 605 / 916 734 125

setubal@strup.pt

Rua Silva Porto, 6
2900 - 098 SETÚBAL

Contacta-nos

- ♦ **Segue-nos no FACEBOOK em S.T.R.U.P**
- ♦ **Consulta, regista-te e sindicaliza-te em www.STRUP.pt**
- ♦ **Comunica connosco através de strup@strup.pt**
- ♦ **Ou liga-nos através do telefone 214 099 062**



**União
Sindicatos
Setúbal**